

## **RODRIGUES, Cândido**

\* militar; dep. fed. SP 1903-1905; min. Agric. 1909.

*Antônio Cândido Rodrigues* nasceu na cidade de São Paulo no dia 19 de julho de 1850, filho do juiz de direito João José Rodrigues e de Jesuína Ribeiro dos Santos Rodrigues. Sua mãe era irmã de Gabriel José Rodrigues dos Santos, lente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e deputado geral por São Paulo durante o Império em duas legislaturas.

Fez seus primeiros estudos em colégios de Minas Gerais e posteriormente no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Com apenas 14 anos de idade matriculou-se na escola preparatória anexa à Escola Militar do Império, na qual ingressou em maio de 1865.

Quando contava 17 anos, deixou o curso para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870). Com o fim do conflito, retornou ao Brasil em julho de 1870, já promovido a segundo-tenente de artilharia. Entre as várias condecorações que recebeu por sua participação na guerra, destaca-se a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, concedida pelo Ministério da Guerra do Império brasileiro.

Prosseguindo os estudos que havia interrompido, fez o curso de engenharia militar e bacharelou-se em matemática e ciências físicas em 1874, sendo então colocado à disposição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Promovido a capitão do quadro de engenheiros em 1875, foi nomeado ajudante da comissão incumbida da abertura de uma estrada de rodagem entre Curitiba e a Colônia de Assungui (hoje Serro Azul). Designado em seguida chefe do serviço de colonização no 2º distrito do Paraná, foi responsável pela fundação de 16 colônias. Regressou então à capital do Império e apresentou-se ao comandante do corpo de engenheiros a que pertencia, sendo destacado para São Paulo em 1878. Aí foi nomeado ajudante de ordens de Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província, e no ano seguinte passou a chefe da Engenharia Militar. Em 1880 resolveu pedir baixa do Exército.

Permanecendo em São Paulo, de 1880 até 1883 foi diretor geral da Repartição de Obras Públicas. Após deixar a administração pública, filiou-se ao Partido Liberal e foi eleito deputado provincial nas legislaturas 1884-1885, 1886-1887 e 1888-1889. Nesse último ano foi eleito deputado geral, mas, com a proclamação da República em 15 de novembro, não

chegou assumir sua cadeira.

Após a promulgação da Constituição Federal em 24 de fevereiro de 1891 e a convocação das constituintes estaduais, teve seu nome incluído na chapa de candidatos do Partido Republicano Paulista (PRP) ao Congresso Constituinte do Estado de São Paulo. Eleito em 30 de abril, tomou posse em 6 de junho seguinte e foi um dos signatários da Constituição paulista promulgada em 14 de julho. Passou então a exercer o mandato de deputado estadual, na legislatura 1891-1892. Entretanto, com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, a situação política em São Paulo complicou-se em face do apoio do presidente do estado Américo Brasiliense a Deodoro. Após uma verdadeira rebelião no interior, e incidentes na capital que resultaram em mortos e feridos, Brasilense passou o governo ao coronel Sérgio Tertuliano Castelo Branco, inspetor da polícia, que logo em seguida o transmitiu ao vice-presidente Cerqueira César. Logo após sua posse, Cerqueira César dissolveu o Congresso Legislativo, e assim Cândido Rodrigues teve o mandato interrompido.

Na cisão do Partido Republicano em 1897, Cândido Rodrigues permaneceu ao lado do general Francisco Glicério contra o presidente da República Prudente de Moraes. Coube a ele, juntamente com Rodolfo Miranda e José Luís Flaquer, a missão de trabalhar pelo ressurgimento do PRP. Em 1º de dezembro de 1897, foi eleito pelo PRP senador estadual para a legislatura 1898-1903. Tomou posse em 12 de abril de 1898, mas em 5 de maio de 1900 renunciou ao mandato, por haver sido nomeado secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo Rodrigues Alves, em substituição a Alfredo Guedes. Permaneceu no cargo durante a administração do vice-presidente do estado Domingos de Moraes, quando do afastamento de Rodrigues Alves para concorrer à presidência da República. Com a eleição e posse do novo presidente de São Paulo Bernardino de Campos, deixou o governo em 2 de julho de 1902, assumindo seu lugar João Batista de Melo Peixoto. Em 30 de janeiro de 1903 foi eleito deputado federal para a legislatura 1903-1905, e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 3 de maio. Não concorreu na eleição seguinte, e ao término do mandato retornou a São Paulo.

Novamente eleito senador estadual em 20 de fevereiro de 1906, na vaga de João Francisco de Paula Sousa, que havia falecido, tomou posse em 25 de abril. Em 1º de maio de 1908, na

administração do presidente estadual Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, foi mais uma vez nomeado secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, resignando ao mandato no Senado paulista. Deixou a secretaria em 20 de junho de 1909, quando foi convidado pelo presidente Nilo Peçanha para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pelo decreto legislativo nº 1.606 de dezembro de 1906, ainda no governo Afonso Pena, mas só efetivamente instalado quando de sua nomeação. Coube-lhe montar toda a estrutura da pasta, em moldes que perduram até os dias atuais. Esteve à frente do ministério de 21 de junho a 26 de novembro de 1909, quando, em razão da oposição PRP ao governo federal, solidário com seu partido, deixou o cargo. Retornando a São Paulo, foi ainda uma vez eleito senador estadual em 2 de fevereiro de 1910, tomando posse em 14 de julho. Na convenção realizada em 7 de novembro de 1915, foi indicado candidato a vice-presidente do estado na chapa de Altino Arantes. Ambos foram eleitos em 1º de março de 1916, para o quadriênio de 1º de maio de 1916 a 30 de abril de 1920. Ao tomar posse no Executivo renunciou, no mesmo dia, ao mandato parlamentar. Em 24 de dezembro de 1919, por decreto assinado pelo presidente da República Epitácio Pessoa após aprovação do Congresso Nacional, foram-lhe concedidas honras de general de brigada do Exército brasileiro, em homenagem aos serviços prestados ao Brasil durante a Guerra do Paraguai. Concluído o mandato de vice-presidente de São Paulo, foi eleito novamente senador estadual em 2 de julho de 1921, na vaga de Joaquim Miguel Martins de Siqueira, que havia falecido, e empossado em 18 de agosto seguinte. Foi o segundo signatário, após o conselheiro Antônio Prado, do manifesto de lançamento do Partido Democrático (PD), que foi instalado solenemente em 21 de março de 1926 no salão da Associação das Classes Laboriosas, no centro de São Paulo. Ao participar da criação do PD, como tinha sido eleito senador estadual pelo PRP, entendeu, por questões éticas, apresentar a renúncia à sua cadeira no Senado paulista em 17 de agosto, sendo substituído por Laurindo Dias Minhoto.

Vitimado por uma embolia cerebral, passou seus últimos anos de vida recolhido a um leito, até falecer em São Paulo no dia 21 de outubro de 1934.

Foi casado com Zulmira de Almeida Rodrigues, com quem teve quatro filhos.

Em sua homenagem, o distrito de Taquaritinga foi denominado Cândido Rodrigues. Em 1959, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a emancipação do distrito,

que passou a município.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; BRASIL. *Coleção de leis* (1919, v.1); CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio paulistano* (23/10/1934); EGAS, E. *Galeria*; *Folha da Manhã* (23/10/1934); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo* (v.1); RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*.